

Ata da Reunião Ordinária do CIAMP Rua Curitiba – 27/02/2026

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano de 2026, às 14:15h, na sala de reuniões do Conselho Regional de Psicologia do Paraná, reuniram-se, ordinariamente, os membros do Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua, onde estavam presentes: Elisangela Stüpp (FAS), Elessandra Guntner (SMDH), Maria Amelia Mendes (SMDH), Erika Ribeiro da Silva (CRP/PR), Rodrigo Alvarenga (PUC/PR), Eduardo Guedes (PUC/PR), Leonildo José Monteiro Filho (MNPR-PR), Carlos Humberto dos Santos (MNPR-PR), Patrícia Vestergaard Dias (SMS), Julia de Oliveira Macedo (SMS), Alexandre Henrique dos Santos (Reviver), Débora Pradella (DPE-PR/NUCIDH), Paulo Alberto Bastos Jr. (Pastoral Povo da Rua), Amarilis Thomaz Mattei (SMSAN), Alexsandro Oliveira de Lima (FAS). A Coordenadora do CIAMP, Elisangela (FAS), deu início à reunião ordinária, se apresentando e propondo que todos os presentes se apresentassem, de modo que dessa forma ocorreu a apresentação de todos os presentes. Em seguida, Elisangela (FAS) passou a apresentação da pauta, a qual estava organizada em quatro pontos, quais sejam: 1. Denúncias sobre suposta infestação de percevejos em equipamentos para a pop rua (DPE/PR); 2. Debate sobre a Portaria Conjunta nº 2 - SMS, FAS, SMDH, de 19 de dezembro de 2025, que dispõe sobre a atuação das equipes de saúde, de assistência social e demais equipes responsáveis por políticas públicas relacionadas ao cuidado integrado às pessoas com sofrimento psíquico decorrente ou não do uso abusivo de álcool e outras drogas com necessidade de internamento involuntário, no âmbito do Sistema Único de Saúde do Município de Curitiba (DPE/PR); 3. Protocolo de Internamento involuntário (PUC) e 4. Abrigamento da Pop rua em casa da Cohab (PUC). Em seguida Leonildo José Monteiro Filho (MNPR-PR) apresentou questão de ordem, afirmando ter conhecimento de que o Município de Curitiba não aderiu ao Censo Estadual, e que o MNPR tem empregado esforços para que as pautas de Geração de Emprego, Renda e Moradia sejam observadas e implementadas com prioridade, e que o município de Curitiba deveria dar mais atenção a tais pautas e que inclusive o MNPR-PR já está mapeando os imóveis públicos vazios e subutilizados para que possam ser direcionados de modo a atender a pauta de moradia da população em situação de rua de Curitiba, e que o Ministério de Direitos Humanos e Cidadania, por meio do Governo Federal, estará implementando três programas em Curitiba, e que o município de Curitiba, por meio da FAS e COHAB, precisa integrar, não somente no que tange ao censo, mas há que haver orçamento para implementação de tais pautas. Em seguida, Elisangela (FAS), esclareceu que o município de Curitiba apresentou tratativas ao estado quanto ao censo, e que não se trata de negativa de adesão. Elisangela (FAS) apresentou a necessidade de se organizar o limite de duração das reuniões do CIAMP, propondo duração de duas horas, com base nas reuniões que ocorreram no ano de 2025. Leonildo se opõe à duração da reunião em apenas duas horas e que não valeira a pena o deslocamento para discutir pautas em apenas duas horas, visto que em outras esferas de discussões o tempo de reuniões é bem superior, chegando a quatro horas, e a depender da pauta já chegou a três dias de duração, Leonildo provoca os demais presentes para se manifestarem sobre a possibilidade de se estabelecer o tempo mínimo de quatro horas para duração das reuniões do CIAMP Municipal. Todos os

37 presentes decidiram continuar com o prazo de duas horas para as reuniões do CIAMP Municipal. Em
38 seguida, Débora (DPE-PR) sugere juntar a pauta proposta pela DPE-PR com da PUC, tendo em vista
39 tratem do mesmo assunto, sugestão aceita pelos presentes. Elisangela indaga aos presentes sobre pautas
40 para a formação de Grupos de Trabalho (Emprego e Renda, Saúde e Moradia) e antes que os presentes se
41 pronunciassem a respeito, Leonildo José Monteiro Filho (MNPR-PR) e Carlos Humberto dos Santos (MNPR-
42 PR), deixaram a reunião, em protesto, demonstrando descontentamento em relação ao tempo estabelecido
43 para a duração das reuniões do CIAMP, que será de duas horas, ambos deixando a sala de reunião às
44 14:37h. Elisangela (FAS) retoma a pauta com questão de ordem para propor que a pauta relativa à COHAB,
45 seja discutida em próxima reunião, em que haja representante da COHAB presente, tendo em vista ausência
46 de representante da COHAB, avisada previamente, questão de ordem deliberada e aceita por todos os
47 presentes. Abrindo o primeiro item da pauta, Débora (DPE-PR) cobrou a esclarecimentos da FAS sobre
48 informações relativas à dedetização, se está sendo executado, se não, quando será implementado e se há
49 previsão de licitação para troca de mobiliário de modo a erradicar a questão de infestação de percevejos
50 nas unidades da FAS que atendem a população em situação de rua, por fim, quais providências a FAS está
51 tomando em relação ao assunto. Elisangela(FAS) esclarece que as dedetizações estão sendo executadas
52 nas unidades da FAS e seguem um cronograma com calendário próprio de forma continuada, com
53 periodicidade entre 3 e 4 meses, e que a estão sendo substituídas as divisórias das unidades, bem como,
54 que as camas e beliches das unidades já são de metais, mas estão sendo substituídos por camas e beliches
55 com estrados de metal e que os membros do Conselho de Direitos Humanos estão visitando as unidades
56 para monitorar o andamento dos trabalhos da FAS no combate à infestação de percevejos em suas
57 unidades. Maria Amélia Mendes (SMDH) informou que houve visita do Conselho de Direitos Humanos no
58 Hotel Santorini, porém não foi informada a respeito, o que impossibilitou o acompanhamento da visita por
59 parte dela. Elisangela (FAS) esclareceu que recebeu o feedback das visitas e que desconhece
60 intercorrências em tais visitas, porém informações detalhadas das visitas serão possíveis apenas após
61 reunião plenária do Conselho de Direitos Humanos. Alexandre Henrique dos Santos (Reviver) questiona a
62 eficácia da dedetização. Elisangela (FAS), reitera os esforços da FAS nessa questão, chamando a atenção
63 para explicação de que a dedetização segue calendário com periodicidade. Alexandre Henrique dos Santos
64 (Reviver), questiona a possibilidade de a sociedade civil acompanhar a periodicidade de tais dedetizações.
65 Elisangela (FAS) esclarece que quanto ao calendário das dedetizações é possível verificar a informação
66 junto à Diretoria Administrativa da FAS, podendo ser levada a informação na próxima reunião do CIAMP.
67 Patrícia Vestergaard Dias (SMS), informou que a Secretaria Municipal de Saúde está elaborando documento
68 informativo acerca de combate à infestação de percevejos, o documento contará com orientações de
69 medidas profiláticas, inclusive detalhando a resistência do inseto, o qual pode sobreviver por até 12 meses
70 sem alimento, em ambientes mais frios, e por fim esclareceu que a equipe do programa Consultório na Rua
71 atua em conjunto com a FAS. Maria Amélia Mendes (SMDH) informou que conseguiu erradicar os percevejos
72 do hotel Santorini, com uso de Vaporetto, a 90 graus de temperatura, explicando que o percevejo e seus

73 ovos não resistem a temperaturas acima 70 graus. Elisangela (FAS) esclarece que é procedimento padrão
74 de todas as unidades da FAS voltadas ao atendimento de pessoas em situação de rua, o envio para lavagem
75 de todas as roupas de cama, três vezes por semana, bem como de vestimentas pessoais dos atendidos,
76 para aqueles que desejam, bem como que a limpeza das unidades é feita diariamente por equipe de limpeza
77 terceirizada. Alexandre Henrique dos Santos (Reviver), questiona acerca do número de chuveiros
78 disponíveis para uso dos atendidos. Elisangela esclarece que há número de chuveiros suficientes para todo
79 os atendidos. Rodrigo Alvarenga (PUC/PR) questiona a existência e investimento de recurso municipal
80 suficiente para comprar camas e beliches. Elisangela (FAS) explica que há sim recurso municipal do FMAS,
81 e que os beliches e camas já estão em processo de compra, tendo em vista que há pregão eletrônico vigente.
82 Passando para o próximo assunto da pauta, que trata da Portaria Conjunta nº 02/2025(SMS, FAZ, SMDH),
83 Débora (DPE-PR) explica que a Defensoria foi acionada pela sociedade civil e MNPR-PR, sendo agendada
84 reunião com equipe do governo municipal de Curitiba para contribuições no tocante a modificações na
85 portaria e inclusão da DPE-PR no fluxo das internações involuntárias. Rodrigo Alvarenga (PUC/PR), como
86 primeiro ponto, lembra da reforma psiquiátrica no país e que o Movimento Nacional de Luta Antimanicomial,
87 defende a desinstitucionalização de pessoas com transtornos mentais, mesmo no caso daquelas sem
88 probabilidade de retorno familiar, afirma ainda que o problema(de forma isolada) é a real intenção, que ao
89 que parece não é a preocupação com a saúde da pessoa, mas sim a preocupação com a sociedade, de
90 modo que o internamento involuntário seria uma resposta para a sociedade que questiona o fato dessas
91 pessoas estarem nos logradouros públicos da cidade, Rodrigo demonstra preocupação com o conceito
92 subjetivo para decidir pela internação involuntária de uma pessoa, que se utiliza de critérios insuficientes, e
93 um fato que preocupa o Observatório de Direitos Humanos é quais técnicas a equipe da Prefeitura de
94 Curitiba possui para implementar e executar eventual internação involuntária, e, como segundo ponto,
95 Rodrigo questiona sobre o local que as pessoas estão sendo levadas, que tipo de espaço está sendo
96 destinado para tal fim, e por fim, questiona para onde a pessoa é “devolvida” após sair do internamento
97 involuntário. Paulo Alberto Bastos Jr. (Pastoral Povo da Rua), questionou acerca do quantitativo de pessoas
98 internadas no município de Curitiba, na modalidade involuntária. Na sequência Alexandre Henrique dos
99 Santos (Reviver), questionou sobre o quantitativo de vagas no serviço de saúde voltado à Rede de Atenção
100 Psicossocial (RAPS). Patrícia Vestergaard Dias (SMS), explica que a equipe da secretaria municipal de
101 saúde faz internamento compulsório e internamento involuntário há muito tempo, sempre com base na lei,
102 e que para a equipe de saúde não se trata de novidade, esclarecendo que atualmente há dezenove pessoas
103 em situação de rua internadas e que dessas, dezessete deram entrada via UPA, pois apresentavam quadro
104 clínico favorável para tal, e que apenas dois casos foram internamentos involuntários de pessoas que
105 estavam na rua e que após passarem por médico generalista, são encaminhadas para a Unidade de
106 Estabilização Psiquiátrica, onde são atendidas e avaliadas por médicos psiquiátricos para se determinar
107 para qual serviço de saúde serão encaminhados, com duração máxima de 90 dias, podendo ser
108 encaminhados para CAPS, sempre com acompanhamento da equipe da RAPS, ou leito integral na Unidade

Integrada de Crise e Apoio à Vida (UNIICA) que atende Transtorno Mental e Dependência Química, ou no Hospital Psiquiátrico San Julian. Patrícia citou o caso da paciente Naila, internada involuntariamente, e após alta foi acompanhada em CAPS, foi possível retomar o vínculo familiar que estava quebrado há mais de 8 anos, culminando no retorno familiar. Por fim, Patrícia ressaltou a importância da Portaria Conjunta nº 02/2025 ao possibilitar a integração entre as pastas municipais no cuidado com a pessoa em momento de extrema vulnerabilidade de saúde. Rodrigo Alvarenga (PUC/PR), assevera que o fato de a pessoa estar em surto psiquiátrico, ao dar entrada na UPA, não é condição suficiente para ensejar o internamento involuntário, mas sim o risco real a si mesmo e a terceiros. Patrícia Vestergaard Dias (SMS) reforça que os médicos da UPA são generalistas, mas que na Unidade de Estabilização Psiquiátrica (UEP) a pessoa será avaliada por especialista, médico psiquiatra. Rodrigo Alvarenga (PUC/PR), por sua vez, afirma que mesmo em se tratando de médico psiquiatra não há autorização, necessariamente, de internamento involuntário. Elisangela (FAS) explica que a lei autoriza o médico e que este não age ao arrepio da lei, visto que há responsabilidade médica, explica ainda que a FAS pode solicitar à equipe de saúde do município que avalie situações complexas de saúde envolvendo o público atendido pela FAS. Rodrigo Alvarenga (PUC/PR) diz que a FAS se preocupa apenas em internar. Elisangela (FAS), explica que o foco da FAS não se resume a internamento, mas foca no cuidado das pessoas atendidas. Patrícia Vestergaard Dias (SMS) explica que a equipe do Consultório na Rua acompanha a FAS nos atendimentos e que o MP é cientificado por meio do Sistema Protege em até 72 horas sobre internamento involuntário. Alexandre Henrique dos Santos (Reviver) questiona se o número de vinte e dois internamentos involuntários são todos de pessoas em situação de rua. Elisangela (FAS) informa que será instituído o Comitê Intersetorial de Monitoramento e Acompanhamento da Pessoa em Situação de Vulnerabilidade Social (FAS, SMS e SMDH) com objetivo de monitorar a evolução dos casos de internamento involuntário de pessoas em situação de rua, de modo que após alta, se a pessoa aceitar o atendimento pela FAS, será encaminhada para unidades da FAS. Alexandre Henrique dos Santos (Reviver) questiona se a pessoa, após receber alta médica, será encaminhada para política de habitação do município de Curitiba, e como será o cuidado com o acompanhamento de saúde, expressando preocupação com o vínculo familiar do paciente. Patrícia Vestergaard Dias (SMS) explica que, se a pessoa, após receber alta médica, for acolhida em alguma unidade da FAS, será acompanhada pela equipe de saúde do município de Curitiba. Eduardo Guedes (PUC/PR) lembra que há que se ter muito cuidado com a violação de direitos dessas pessoas, de modo que a exceção não vire regra como está ocorrendo em outras cidades brasileiras onde se utiliza de tal expediente para violação de direitos das pessoas em situação de rua. Paulo Alberto Bastos Jr. (Pastoral Povo da Rua) comenta sobre a preocupação com o acompanhamento da aplicação dos recursos financeiros, dos custos envolvidos nessas logísticas e se realmente há uma contrapartida real de resgate da cidadania das pessoas. Elisangela (FAS) explicou a dinâmica de atendimento das pessoas em situação de rua, sobretudo no que tange ao acolhimento, que deve ser pautado pela vontade e aceite, enfatiza que no caso de negativa por parte da pessoa, ela não deixa de ser acompanhada, visto que será acompanhada pelo CREAS ou Centro POP de referência. Débora

Pradella (DPE-PR) enfatiza a importância de acompanhar e fiscalizar o fluxo do internamento involuntário e que a política de habitação precisa estar presente, e, lembra que a portaria é direcionada para todos e não somente às pessoas em situação de rua, sugerindo convidar representante do setor de Saúde Mental da SMS para explanação sobre o tema em reunião do CIAMP. Alexandre Henrique dos Santos (Reviver) questiona se as pessoas em situação de rua foram consultadas sobre a instituição da Portaria Conjunta nº 02/2025. Eduardo Guedes (PUC/PR) questiona, como garantir que a aplicação da Portaria Conjunta nº 02/2025 não se transforme em violação de direitos como ocorre em outros municípios. Erika Ribeiro da Silva (CRP/PR), observa que as falas estão bem organizadas, mas que o fluxo do internamento involuntário não está claro o suficiente, como foi e será feita a abordagem e que o caso divulgado pela mídia foi importante para chamar a atenção, pois entende que há violação de direitos, sobretudo no que tange às filmagens realizadas e assevera que no que tange à continuidade de acompanhamento, não se deve atribuir o resultado apenas à vontade e aceite da pessoa atendida, sob pena de responsabilizar apenas a pessoa atendida por eventual resultado infrutífero. Rodrigo Alvarenga (PUC/PR) sugere como encaminhamento que o assunto Internamento Involuntário seja pauta permanente nas reuniões do CIAMP, visto que é estudioso na área, sugere um momento com médico psiquiátrico em reunião do CIAMP para esclarecimentos à sociedade civil. Patrícia Vestergaard Dias (SMS) explica que as equipes do Consultório da Rua são novas e a preocupação e foco estão no cuidado e vínculo com o paciente, com atuação territorial e de acompanhamento das pessoas em situação de rua, de modo que a internação involuntária é sempre a última medida. Nessa esteira, Maria Amelia Mendes (SMDH) lembrou da existência dos colegiados que acompanham casos complexos de pessoas em situação de rua, importante trabalho prévio que vislumbra possibilidades de não internamento. Rodrigo Alvarenga (PUC/PR) demonstrou preocupação, pois pontua que no contexto da internação involuntária, pode ocorrer, como consequência, um encorajamento da sociedade em promover violência contra pessoas em situação de rua, culminando na retirada de seus pertences, com atuação da PM e GM, enfatizando que todas as ações devem ser pautadas por critérios técnicos. Elisangela (FAS) indaga os presentes sobre os encaminhamentos, sendo assim estabelecido: Internamento Involuntário como pauta permanente, com atenção as casos de internamento involuntário de pessoas em situação de rua, visitas de acompanhamento mensais de membros do CIAMP no espaços de internamento, estabelecida todas última sexta-feira do mês para reunião do CIAMP; Rodrigo Alvarenga cita a dificuldade de reunião das comissões dos grupos de trabalho, e para tanto propõe que as comissões de Saúde, Moradia, Emprego e Renda, se reúnam em horário reservado na reunião ordinária do CIAMP. Elisangela (FAS) propõe que na próxima reunião ordinária do CIAMP seja a apresentação da responsável pela Saúde Mental do município. Ficou estabelecido que a articulação das comissões se dará via aplicativo Whatsapp, assim como o agendamento com médico psiquiatra. Erika Ribeiro da Silva (CRP/PR) distribuiu cinco livros físicos aos presentes, com os temas Dignidade, Direito e Cidadania. Rodrigo Alvarenga (PUC/PR) pontuou que está há três anos participando do CIAMP e que neste interim já mudou três vezes a diretoria da DPSR e por conseguinte a coordenação do CIAMP, o que dificulta o prosseguimento das

181 tratativas organizadas no âmbito do CIAMP e que espera que dessa vez possa haver mais engajamento.
182 Elisangela (FAS) falou sobre o evento Registre-se que atenderá a população em situação de rua nos dias
183 14, 15 e 16 de abril, na Praça Solidariedade, das 09h às 13h. Por fim, sem mais para o momento, Elisangela
184 (FAS) encerrou a reunião, às 16:15h.